

**EDcl no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.311.900 - SP
(2018/0147190-2)**

RELATOR : MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO
EMBARGANTE : ANTONIO CARLOS MALAVASI
EMBARGANTE : DANILO DE OLIVEIRA
EMBARGANTE : MARIA ISABEL PRADO SALOMAO
EMBARGANTE : MIGUEL MARCELLO
EMBARGANTE : NADIR CARVALHO
EMBARGANTE : NEUSA PABLOS CATROQUE
EMBARGANTE : ZULEICA MARIA BIS MASSAROTO
ADVOGADOS : KARINA PENNA NEVES - SP235026
PRISCILLA SANCHES DE LIMA GOMES HALABLIAN -
SP262283
EMBARGADO : BANCO DO BRASIL SA
ADVOGADOS : MARISE BERALDES SILVA DIAS ARROYO E OUTRO(S) -
SP058976
RUDOLF SCHAITLE - TO000163
EMBARGADO : ECONOMUS INSTITUTO DE SEGURIDADE SOCIAL
ADVOGADOS : ROBERTO EIRAS MESSINA - SP084267
LUÍS FERNANDO FEOLA LENCIONI - SP113806

EMENTA

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRADO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL (CPC/2015). HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS FIXADOS. MAJORAÇÃO. ERRO MATERIAL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO ACOLHIDOS.

DECISÃO

Vistos etc.

Trata-se de embargos de declaração opostos por ANTONIO CARLOS MALAVASI, e, OUTROS contra acórdão assim ementado (e-STJ Fl. 1.619):

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. INOCORRÊNCIA. ALEGAÇÃO DE ILEGALIDADE NA COBRANÇA DE CONTRIBUIÇÕES EXTRAORDINÁRIAS REALIZADAS PARA CUSTEIO DO DÉFICIT DO PLANO. ACÓRDÃO RECORRIDO EM CONFORMIDADE COM A JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE. APLICAÇÃO DA SÚMULA Nº 83/STJ. AGRADO CONHECIDO PARA NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO ESPECIAL.

A parte embargante, alega, essencialmente, a ocorrência de erro material na majoração dos honorários advocatícios, eis que, *"não obstante a expressão dos honorários de sucumbência tenha sido anteriormente fixada em R\$ 2.000,00 (dois mil reais) a cada um dos requeridos (isto é, R\$ 2.000,00 X 2 = R\$ 4.000,00), na r. decisão embargada, acredita-se que por um lapso, a majoração foi grafada como R\$ 2.200,00 (dois mil e duzentos reais) para cada um dos requerentes (ou seja, R\$ 2.200,00 X 7 = R\$ 15.400,00), majoração esta injustificada e desproporcional"* (e-STJ Fls. 1.628/1.629).

É o relatório. Passo a decidir.

A irresignação recursal merece acolhida.

Com efeito, na r. decisão proferida às e-STJ Fls. 1.619/1.623 constou que *"Considerando-se o disposto no § 11 do art. 85 do Código de Processo Civil de 2015, majoro os honorários fixados em R\$ 2.000,00 (dois mil reais), e-STJ fl. 1.367, para R\$ 2.200,00, (dois mil e duzentos reais), a serem suportados por cada um dos recorrentes"*.

Na realidade, a fixação dos honorários deve ser ater ao quanto disposto pelo juízo de origem, devendo esta Corte Superior proceder apenas à sua majoração.

Sendo assim, a majoração correta, a fim de não pairar dúvidas, deve ser a majoração em R\$ 200,00 para cada um dos recorridos, razão pela qual, acolho os presentes embargos para retificar a majoração dos honorários nos seguintes termos: *"Considerando-se o disposto no § 11 do art. 85 do Código de Processo Civil de 2015, majoro os honorários fixados em R\$ 2.000,00 (dois mil reais), e-STJ fl. 1.367, para R\$ 2.200,00, (dois mil e duzentos reais), para cada um dos recorridos"*.

Ante o exposto, acolho os embargos de declaração, sem efeitos infringentes, tão somente para sanar erro material.

Intimem-se.

Brasília (DF), 19 de fevereiro de 2019.

Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO
Relator

